

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

EDSON LUIZ FARIAS

**AÇÕES E BENEFÍCIOS DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO NA
COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
DE CACOAL-RO**

**CACOAL (RO)
2015**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

EDSON LUIZ FARIAS

**AÇÕES E BENEFÍCIOS DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO NA
COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
DE CACOAL-RO**

Artigo Científico apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR - Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do Professor Mestre Rogério Simão.

**CACOAL (RO)
2015**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O Artigo científico – TCC intitulado “AÇÕES E BENEFÍCIOS DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CACOAL-RO”, elaborado pelo acadêmico Edson Luiz Farias, foi avaliado em 25 de junho de 2015 e aprovado pela banca examinadora formada por:

**Professor Ms. Rogério Simão
Presidente**

**Professora Phd. Maria Bernadete Junkes
Membro**

**Professor Ms. Charles Carminati de Lima
Membro**

AÇÕES E BENEFÍCIOS DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CACOAL-RO

Edson Luiz Farias¹

RESUMO: Este trabalho teve por objetivo identificar as ações e benefícios de gestão da COOPERCATAR. Foi realizado um estudo de caso na cooperativa de catadores de materiais recicláveis, localizada na linha 208, lote 27, km 05, no município de Cacoal – RO. Foi elaborado um roteiro de entrevistas não estruturada, compostas por questões abertas, relacionadas à gestão da cooperativa; reciclagem; coleta seletiva; inclusão social; vantagens; e dificuldades, além de outros aspectos relevantes para a pesquisa. Quanto à natureza, a presente pesquisa caracteriza-se como básica, pois consiste na aquisição e divulgação de conhecimento sobre gestão de cooperativa. Quanto aos fins, caracterizam-se como descritiva e exploratória, por apresentar entrevistas e levantamento bibliográfico. Como resultado, identificou-se que a COOPERCATAR contribui com a gestão do processo de reciclagem de materiais sólidos por meio de gestão compartilhada entre cooperados, poder público e sociedade. Destaca-se ainda uma organização estruturada como coleta seletiva, separação, prensa, enfardamento e venda. Após a análise dos resultados, verificou-se que a cooperativa de catadores tem apenas a força de trabalho e experiência na catação e triagem de resíduos recicláveis. Observou-se a falta de infraestrutura como terreno, barracão adequado, máquinas, caminhões e prensa. A gestão é exercida por todos os cooperados com a assiduidade e participação nas assembleias, acompanhando as ações de planejamento, execução das tarefas e tomadas de decisões. Dentre os benefícios alcançados, destaca-se a coleta seletiva de porta-a-porta; conscientização da população; e inclusão dos catadores de forma organizada no circuito econômico da reciclagem.

Palavras chaves: Gestão. Cooperativa. Materiais recicláveis

1 INTRODUÇÃO

A existência de padrões de produção e consumo não sustentável está aumentando a quantidade e a variedade dos resíduos persistentes no meio ambiente em um ritmo acelerado, afirmam (TINOCO E KRAEMER, 2006). Tal fato incentiva a criação de entidades coletoras e recicladores desses resíduos.

Conforme Demajorovic e Besen (2007), as primeiras cooperativas de materiais recicláveis foram fundadas a partir da década de 1990, impulsionando novas gerações de catadores. Este trabalho em conjunto possibilita diversos benefícios, como a retirada dos catadores dos lixões e aterros, a profissionalização e a valorização dos cooperados, a inclusão social e o resgate da cidadania.

Para Ikuta (2010), Resíduo sólido é um grave problema ao meio ambiente, mas também pode gerar emprego, negócio e renda. O surgimento de programas de coleta seletiva incentiva a recuperação de materiais para a reciclagem representando um avanço no sentido de minimizar os problemas causados pelos resíduos sólidos ao meio ambiente.

¹ Acadêmico Concluinte do curso de ciências contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia-Campus Prof. Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação do professor Ms. Rogério Simão.

Diante deste fato, surge o modelo de gestão compartilhada de resíduos sólidos, afirma Ikuta (2010), uma experiência inovadora implantada em vários municípios, trabalhando em conjunto, governo, cooperativas de catadores de materiais recicláveis e sociedade civil, compartilhando responsabilidades no sistema de gestão.

Os catadores de materiais recicláveis contribuem para a reciclagem e cooperam com a redução dos impactos ambientais decorrentes dos resíduos sólidos urbanos, descreve Santos (2012), além de a reciclagem gerar fonte de renda para sua família, incluindo-os socialmente através do trabalho, denotando a importância da coleta de materiais recicláveis para toda sociedade.

A COOPERCATAR é uma cooperativa de trabalho e produção, por contribuir com trabalho na elaboração em comum de bens, sendo uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, constituídas para prestar serviços aos associados, com autonomia e autogestão, na busca de qualificação, renda e inclusão socioeconômica (BRASIL, 2012).

Segundo o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a autogestão compreende que os catadores de materiais recicláveis são proprietários dos equipamentos e da infraestrutura produtiva, sem patrões, tendo as decisões, o planejamento e a execução do trabalho sob o controle dos próprios cooperados.

O cooperativismo é um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, fundamentado no agrupamento de pessoas, visando às necessidades do grupo na busca de prosperidade conjunta (OCB, 2014). No Brasil, segundo Heiden (2008), o cooperativismo está atuando desde 1969 com sucesso no segmento de prestação de serviços e gerando muitos postos de trabalho em um mercado cada vez mais competitivo.

O cooperativismo rondoniense obteve progressos expressivos nos últimos anos, mas ainda apresenta vários desafios. Muitas cooperativas falharam em várias etapas como uma organização cooperativa, e hoje sobrevivem fragilizadas no mercado, enfrentando inúmeras dificuldades (SESCOOP, 2014).

Diante disto, pergunta-se: quais as ações e benefícios de gestão da COOPERCATAR – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis?

Portanto, este trabalho teve como principal objetivo identificar as ações e benefícios de gestão da COOPERCATAR. Para tanto, buscou-se identificar as políticas públicas de incentivo à criação e manutenção das cooperativas desse gênero; investigar as estratégias

utilizadas pelos cooperados no processo da coleta seletiva e seu preparo para venda e verificar os procedimentos de gestão desenvolvidos na cooperativa.

Esta pesquisa adotou a forma de estudo de caso, sendo realizada na COOPERCATAR – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis, no município de Cacoal-RO. A coleta de dados se deu por meio de entrevista não estruturada com todos dos cooperados, além de material teórico referendado para tal problema. Dessa forma, optou-se por uma análise qualitativa.

Sua relevância está em buscar um conhecimento ainda escasso em nossa sociedade a respeito das ações e benefícios de gestão dos cooperados, pois, há uma generalização na fragilidade desse setor econômico e social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Cooperativismo: aspectos conceituais e analíticos; Cooperativa; Cooperativismo e as cooperativas de trabalho; Cooperativismos e seus desafios; Inclusão social por meio do cooperativismo; Reciclagem; Resíduos sólidos; Coleta seletiva; e por último, Gestão de cooperativa.

2.1 COOPERATIVISMO: ASPECTOS CONCEITUAIS E ANALÍTICOS

Conforme Heiden (2008), a ideia de trabalhar com o modelo cooperativo surgiu na Inglaterra, no século XIX, após a Revolução Industrial. Um grupo de trabalhadores da cidade de Rochdale, na região de Manchester, em sua maioria tecelões arruinados pela Revolução Industrial, se juntou para superar os problemas e procurar uma forma de organização mais justa e democrática.

Os cooperativistas são representados mundialmente pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), uma organização não governamental e autônoma. Com sede em Genebra em 2015, e seus integrantes são organizações de cooperativas que atuam em vários setores econômicos. A instituição que representa e apoia o cooperativismo no Brasil é a Organização das Cooperativas Brasileira (OCB). A representação e incentivo às cooperativas no estado de Rondônia ficam a cargo do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (OCB/SESCOOP-RO), com sede em Porto Velho, capital do Estado (OCB, 2014).

No Brasil, o cooperativismo, segundo Heiden (2008), está atuando desde 1969 com sucesso no segmento de prestação de serviços e gerando muitos postos de trabalho em um mercado cada vez mais competitivo.

Cabe ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Rondônia (SESCOOP), organizar, administrar e executar: A formação profissional cooperativista para cooperados, empregados de cooperativas e familiares; A promoção social dos cooperados, empregados de cooperativas e familiares; e o monitoramento das cooperativas (OCB, 2014).

Conforme a lei do Cooperativismo nº 5.764/71 em seu art. 2º, a ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas (BRASIL, 1971).

De acordo com OCB, o cooperativismo é um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Sendo fundamentado no agrupamento de pessoas, visando às necessidades do grupo na busca de prosperidade conjunta. Seus valores fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia (OCB, 2014).

O governo estimulará a criação e o desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associativismos como estão exposto no parágrafo 2º do art. 174 da Constituição Federal (CF) de 1988. As cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, podendo então desenvolver sua capacidade gestora, como está exposto no art. 5º, Inciso XVIII da CF/88 (BRASIL, 1988). As cooperativas permanecerão subordinadas na parte normativa, ao Conselho Nacional de Cooperativismo, como está descrito no art. 103º da lei do Cooperativismo (BRASIL, 1971).

2.2 COOPERATIVAS

Para Oliveira (2006), devido à dificuldade de encarar o crescente nível de competitividade entre empresas as pessoas procuram se unir, já que assim suas atividades podem ser mais desenvolvidas e operacionalizadas na busca de resultados comuns e compartilhados a todos.

Ainda segundo Oliveira (2006), essa cooperação deve ser efetuada entre os cooperados, cliente e fornecedores da cooperativa, podendo proporcionar vantagens para todos os participantes do processo.

De acordo com o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as cooperativas têm intenções econômicas e sua principal finalidade é de viabilizar o negócio produtivo de seus cooperados junto ao comércio, desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala de forma coletiva (SEBRAE, 2010).

Como cooperativa tem natureza civil, ela não está sujeitas a falência, sendo explícito na lei 11.101/05 em seu art. 1º que somente disciplina a falência do empresário e da sociedade empresária (BRASIL, 2005).

A lei do Cooperativismo, art. 4º, destaca que as cooperativas são sociedades de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, constituídas para prestar serviços aos associados (BRASIL, 1971).

No Brasil, as organizações tipicamente consideradas como Terceiro Setor possuem a denominação formal de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, (OSCIP's) e são regulamentadas pela Lei nº 9.790/99. Tal lei exclui, em seu art. 2º, as cooperativas da regulamentação das OSCIP's. O argumento que justifica esta exclusão está explícito no art. 1º parágrafo 1º:

Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social (BRASIL, 1999).

As cooperativas podem optar pela devolução de sobras líquidas ao final do exercício, dessa forma a legislação considera a finalidade econômica das cooperativas, excluindo-as do conceito de organização tipicamente de fins sociais e/ou utilidade pública sem fins lucrativos.

Os resultados (sobras) decorrentes dos atos cooperativos não são tributáveis pelo Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme Lei 5.764/71 em seu art. 3º e as sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica, relativamente aos atos cooperativos, ficam isentas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) como está descrito no art. nº 39 da lei nº 10.865/04. Em relação ao Imposto Sobre Serviço (ISS) a cooperativa será contribuinte somente se prestar serviços a terceiros, tributados pelo referido imposto conforme art. 79º da mesma lei (BRASIL, 1971; 2004).

Com a revogação da isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), prevista na Lei Complementar 70/91, para as cooperativas, elas se obrigam a recolher a COFINS sobre a receita bruta como está descrito na Medida Provisória nº 2.158-35/01 (BRASIL, 2001).

De acordo com a mesma Medida Provisória, as cooperativas deverão pagar o Programa de Integração Social (PIS) sobre a folha de pagamento, mediante a aplicação de alíquota de 1% sobre a folha de pagamento mensal de seus empregados (BRASIL, 2001).

Segundo a lei do Cooperativismo, não existe vínculo empregatício entre cooperativa e seus associados, é o que descreve o art. 90. Já no art. 24 verifica-se que o capital social das cooperativas será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no País (BRASIL, 1971).

2.2.1 O cooperativismo e as cooperativas de trabalho

Segundo o SESCOOP, as cooperativas funcionam como porto seguro para seus cooperados e dividem-se em 13 diferentes setores: Agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer. Em Rondônia as cooperativas registradas, quantificam um total de mais de 40 mil cooperados (SESCOOP, 2014).

Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade composta por trabalhadores, com elaboração de atividades em proveito comum, autonomia e autogestão, na busca de qualificação, renda e inclusão socioeconômica como está descrito na lei nº 12.690/12 em seu art. 2º. No art. 4º da mesma lei, é exposto que Cooperativa de Trabalho se divide em: produção, quando contribuem com trabalho para a produção em comum de bens; e de serviço, quando prestam serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego (BRASIL, 2012).

Com a aprovação da lei nº 12.690/12 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho, ela instituiu o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP, com a finalidade de promover o desenvolvimento e a melhoria do desempenho econômico e social da Cooperativa de Trabalho. Esta lei também alterou a lei 5.764/71, que exigia um número mínimo de 20 pessoas para formar uma cooperativa, com esse novo dispositivo legal, o número mínimo caiu para 07 associados (BRASIL, 2012).

As despesas da sociedade cooperativa serão cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta do desenvolvimento de seus serviços. Como a cooperativa de trabalho não tem lucro, as eventuais sobras do exercício são usadas no desenvolvimento da cooperativa ou distribuídas entre os cooperados na proporção do trabalho realizado (PASTORE, 2001).

Para Pastore (2001), toda cooperativa de trabalho é obrigada a constituir um Fundo de Reserva para reparar eventuais perdas ou aplicar em investimentos. Além disso, as cooperativas de trabalho devem constituir um Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, com no mínimo, 5% das sobras do exercício.

2.2.2 O cooperativismo e seus desafios

Na visão de Vieira *et al* (2013), a conjuntura atual das cooperativas de catadores, na grande maioria, ainda é bastante problemática, porque são poucas as indústrias compradoras de recicláveis, e as que existem, exigem grande quantidade na compra.

Ainda segundo Vieira *et al* (2013), grande quantidade de resíduos em geral são obtidos somente por sucateiros, por possuírem a infraestrutura necessária para trabalhar com o resíduo, agregando-lhe valor, conseguindo dessa forma vantagens nas negociações com os grandes compradores desse material. Alguns empreendimentos de catadores possuem apoio e equipamentos suficientes, mas enfrentam problemas, sejam internos (organização, por exemplo) ou externos (como a falta de financiamento e reconhecimento da sociedade).

Segundo o Instituto Ethos, uma organização não governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, os desafios das cooperativas de trabalho são fortalecer as redes de comercialização para a venda direta para indústria e aprimorar os processos de organização, regularização e gestão (ETHOS, 2012).

Para Vieira *et al* (2013), o acúmulo de trabalho administrativo nas mãos de poucos cooperados, alta rotatividade de cooperados e o preenchimento de todos os cargos da administração, são algumas das dificuldades das cooperativas.

Outra dificuldade das cooperativas, segundo Barreto e Paula (2009), é a ausência dos cooperados nas reuniões ou assembleias, demonstrando falta de interesse de alguns cooperados no que diz respeito às decisões tomadas. Ignoram o seu papel de gestor do empreendimento, agindo com uma postura de empregados, se preocupando apenas com o seu trabalho individual, implicando desinformação e desconfiança.

Já o Holzmann (2000), afirma que a presença nas assembleias não é indicador suficiente de participação nas decisões. Necessitando de um envolvimento maior em relação a propostas divergentes em discussão, se manifestando publicamente.

Segundo Vieira *et al* (2013), a desinformação sobre a legislação, carga tributária, falta de conhecimento relacionado à gestão e conflitos internos são algumas das dificuldades das cooperativas.

O SESCOOP informa que nos últimos anos o cooperativismo rondoniense obteve progresso significativo, todavia “ainda apresenta vários desafios nos aspectos: organizacional, gerencial, econômico, social, administrativo, doutrinário, entre outros”. Várias cooperativas constituídas nos últimos anos erraram em muitas etapas no decorrer de seu trabalho, como uma organização cooperativa, e sobrevivem hoje precariamente no mercado, enfrentando diversas dificuldades (SESCOOP, 2014).

Conforme Vieira *et al* (2013), o trabalho de uma cooperativa de catadores é complicado e com muitos desafios. Porém, são esses desafios que estimulam e mostram que somente trabalhando unido, com colaboração e solidariedade, será possível transformar a gestão da cooperativa.

2.3 INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO COOPERATIVISMO

Jacobi e Teixeira (1997), destacam que o desemprego ou informalidade vivenciada por muitos indivíduos excluídos do trabalho formal pode levá-los a fazer parte da população de rua. Sendo parte dessa população principalmente aqueles que foram excluídos do mercado de trabalho e afetados por uma situação de pobreza que tem afligido uma parte considerável da população, provocando a desintegração familiar, a ruptura social e retirando a autoestima desses indivíduos.

Na visão de Oliveira (2006), o cooperativismo torna-se muitas vezes a única opção dessa população de rua para sair da zona de exclusão, tentando recuperar a dignidade através do trabalho, promovendo o sustento de sua família e buscando a recuperação da autoestima.

Sabbag (2003), fala da importância das cooperativas no processo de cidadania, através da inclusão social pelo trabalho, especialmente aqueles com baixo nível de escolaridades e com idade superior a 40 anos. O sentimento de exclusão e marginalização é transformado em um forte sentimento de realização.

Dentre as metas do Plano Nacional dos resíduos sólidos urbanos, lei 12.305/2010, Vieira *et al* (2013), mostra que grande parte tem ligação com o estabelecimento de estratégias de inclusão dos catadores, sendo elas a eliminação total dos lixões, inclusão em programas sociais e apoio na organização de cooperativas; e redução em 70% dos resíduos recicláveis

secos nos aterros, com a promoção da coleta seletiva e convênio com as cooperativas e associações.

Em 23 de dezembro de 2010 foi criado mediante decreto federal nº 7.405, o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC). Comitê este formado por diversos órgãos e entidades, dentre eles o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome, com o objetivo de tratar da inclusão social dos catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Rondônia tem um papel importante na promoção social, que prioriza a integração e o bem-estar social dos trabalhadores das cooperativas e de sua família. Com a implementação de benefícios voltados à saúde, ao lazer, ao esporte e a cultura, procura-se melhorar a atuação de todos envolvidos direta e indiretamente na gestão das cooperativas (SESCOOP, 2014).

Outro fator de relevância na visão de Vieira *et al* (2013), refere-se às prefeituras que devem incluir todos os elos da cadeia produtiva de reciclagem em seus programas de inclusão dos catadores, sendo elas a segregação na fonte; logística de coleta seletiva; e centrais de triagem, já que o catador se relaciona com todas essas cadeias.

A inclusão social, para Heiden (2008), só é viável quando os excluídos ganham capacidade de recuperar sua dignidade, através da participação em ações coletivas e conseguem o acesso à moradia decente, educação e saúde.

2.4 RECICLAGEM

A reciclagem é o processo de transformação físico-química de resíduos em matéria prima para novos produtos, mercadorias, que podem ser novamente utilizadas. A possibilidade de reciclar os materiais é uma maneira de dirimir os problemas relacionados aos resíduos sólidos, reutilizando alguns materiais presentes nos resíduos na produção de diferentes objetos (IKUTA, 2010).

Para Souza e Fonseca (2010), reciclagem é o reaproveitamento dos materiais como matéria-prima para produção de um novo produto. Vários materiais podem ser reciclados, como exemplos: o papel, o vidro, o metal e o plástico.

Conforme Demajorovic e Besen (2007), as primeiras cooperativas de materiais recicláveis foram fundadas a partir da década de 1990, impulsionando novas gerações de catadores. Este trabalho em conjunto possibilita diversos benefícios, como a retirada dos

catadores dos lixões e aterros, a profissionalização e a valorização dos cooperados, a inclusão social e o resgate da cidadania.

Houve um aumento significativamente nos últimos anos na reciclagem de materiais presentes nos resíduos sólidos, principalmente do papel/papelão, da sucata de ferro/aço, das embalagens de alumínio, das embalagens Poli (Tereftalato) de Etileno, e do PET. Um dos motivos desse aumento é a demanda do mercado, e os custos baixos no processo de reciclagem desses materiais, que garantem a reprodução do capital, o lucro (IKUTA, 2010).

Os catadores de materiais recicláveis são alguns dos atores sociais, descreve Santos (2012), que contribuem para a reciclagem, são trabalhadores que cooperam com a redução dos impactos ambientais decorrentes dos resíduos sólidos urbanos, além da reciclagem gerar fonte de renda para sua família, incluindo-os socialmente através do trabalho, denotando a importância da coleta de materiais recicláveis para toda sociedade.

2.4.1 Resíduos sólidos

De acordo com a Norma Brasileira Regulamentadora (NBR) – 10.004 são denominados resíduos sólidos e semissólidos os resultantes de atividades industriais, doméstica, agrícola entre outros, os quais não podem ser lançados nos esgotos públicos, nem no meio ambiente (ABNT, 2004).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos na lei 12.305/2010 propôs grande incentivo e proteção às organizações de catadores. No decreto 7.404/2010, é regulamentada esta Política, no título V: “Da Participação dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis”. Delega aos municípios, a competência para desenvolver planos de gestão integrada que inclua as cooperativas de catadores e todos os interessados. Atribuindo a União, desenvolver meios de inclusão social e econômico dos cooperados: com o estímulo à capacitação e melhorias nas condições de trabalho dos catadores (BRASIL, 2010).

Para Ikuta (2010), o assunto resíduo sólidos tem ganhado muita visibilidade pública e política na atualidade, de um lado ele é abordado como um grave problema, com a crescente quantidade de resíduos sólidos, do outro aparece como solução, com oportunidade de geração de emprego, renda e negócio.

Considerando o problema ambiental e social gerada pelo acúmulo de resíduos, devido ao crescente consumo insustentável, a reciclagem aparece para minimizar estes problemas. As cooperativas de catadores colocam os cooperados na figura de agentes ambientais e contribuem para a inclusão social dessas pessoas (MAGNI, 2011).

A recuperação de materiais que compõem os resíduos sólidos, sendo novamente utilizados como matéria prima na fabricação de outros objetos, mercadorias, através da reciclagem, para Ikuta (2010), é uma ação importante para diminuir os problemas causados pela grande quantidade de lixo gerada todos os dias nas cidades.

Grimberg (2001), afirma que um novo modelo de gestão de resíduos está em curso no país, que traz a oportunidade de valorizar e reconhecer o trabalho dos catadores, gerarem emprego e renda, retirar crianças e adultos de condições indignas de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento sustentáveis.

Dessa forma, surge a gestão compartilhada de resíduos sólidos, segundo Ikuta (2010), uma experiência inovadora a qual foi implantada em vários municípios, articulando as práticas dos organismos governamentais com cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, apoiados por organizações da sociedade civil, que compartilham responsabilidades no sistema de gestão.

A ideia de gestão compartilhada de resíduos não é radicalmente contrária à participação de empresas privadas nesse setor, mas também não implica em eximir a administração pública de suas responsabilidades, afirma Ikuta (2010), afinal o gerenciamento dos resíduos sólidos é legalmente de responsabilidade das prefeituras municipais.

Ainda segundo Ikuta (2010), o gerenciamento de resíduos sólidos (GRS) se refere a um conjunto de atividades ou etapas: coleta seletiva, transporte, tratamento e reciclagem. Vale ressaltar que a separação dos resíduos recicláveis nas fontes geradoras facilita a coleta e o tratamento dos resíduos sólidos, aplicável principalmente aos resíduos domiciliares.

2.4.2 Coleta seletiva

Na visão de Lajolo (2003), coleta seletiva é o sistema de recolhimento diferenciado de materiais pré-selecionados do lixo nas fontes geradoras, refere-se à recuperação de materiais recicláveis como papéis, vidros, plásticos, metais e vários outros tipos de materiais de interesse econômico.

Para Magni (2011), a implantação de programas de coleta seletiva, no sentido de recuperar materiais para a reciclagem, representa um avanço no sentido de minimizar os problemas relacionais aos resíduos sólidos.

Segundo Ikuta (2010), o programa de coleta seletiva pode contar com pontos de entrega voluntária, programação dos horários, dos dias em que o serviço ocorre, dos itinerários da coleta e com a participação da população na separação dos resíduos nas fontes

geradoras. Vale ressaltar que a coleta e transporte dos resíduos sólidos domiciliares para os locais de tratamento ou confinamento é responsabilidade do município.

Ikuta (2010) descreve que a participação da população de forma a realizar efetivamente um descarte seletivo, preserva os valores potenciais dos resíduos recicláveis, uma vez misturados a outros tipos de resíduos como os alimentos, por exemplo, levam à contaminação e a diminuição do seu valor de comercialização, devido encarecimento do processo de tratamento para reciclagem industrial.

Nesse contexto Ikuta (2010), afirma que para alcançar esta finalidade a população deve ser orientada a realizar o descarte seletivo, separando os resíduos gerados em apenas dois recipientes, um com os resíduos recicláveis, que serão encaminhados à coleta seletiva, e outro com os resíduos destinados a coleta comum.

O decreto nº 5.940/06 institui a modalidade de coleta seletiva solidária em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta. Os resíduos recicláveis descartados por esses órgãos devem ser separados na fonte geradora e destinados às associações ou cooperativas de catadores (BRASIL, 2006).

A separação e destinação dos resíduos ficam a cargo de uma comissão de coleta seletiva, formada por servidores do próprio órgão e obrigatoriamente entregues a cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis habilitados, segundo o artigo 5º do decreto nº 5. 940/06 (BRASIL, 2006).

Serão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos descritos no Art. 3º do decreto nº 5.940/06.

- I - estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;
- II - não possuam fins lucrativos;
- III - possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e
- IV - apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados (BRASIL, 2006).

2.5 GESTÃO DE COOPERATIVA

O modelo de autogestão defendido pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) compreende que os catadores de materiais recicláveis são proprietários dos equipamentos e da infraestrutura produtiva, sendo, portanto, o modo de

organizar o trabalho sem patrões, tendo as decisões, o planejamento e a execução sob o controle dos próprios trabalhadores (MNCR, 2015).

O art. 47º da lei 5.764/71 prevê que as cooperativas de trabalho sejam administradas por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembleia Geral, nos termos do estatuto, com mandato de quatro anos, sendo aceito a renovação de, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração (BRASIL, 1971). Nas eleições para escolha da administração, Pastore (2001) relata que cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de cotas que tenha em seu nome.

Segundo Vieira *et al* (2013), o exercício da autogestão está ligado à democracia interna da organização, em que a participação de todos os catadores é algo internamente garantido. A participação não é apenas por meio do trabalho, mas pelo acompanhamento das ações de planejamento e execução das tarefas. Além disso, cabe ao catador compreender e fiscalizar as ações administrativas e opinar sobre elas nas assembleias e reuniões de trabalho.

Piccinini (2004) destaca que as cooperativas são organizadas de modo solidário, sendo que todos os cooperados devem participar de forma igualitária e voluntária, todavia é obrigatória sua participação em todas as assembleias da cooperativa.

Nesse contexto, Almeida e Balde, destacam que o Estatuto e Regimento Interno da cooperativa visa preservar os interesses individuais do grupo. Tais ordenamentos internos legislam sobre os direitos e deveres de cada sócio e de cada membro da diretoria e conselho fiscal, a função de cada assembleia, dos fundos obrigatórios, da divisão das sobras, da divisão do capital social, entre outros detalhes de ordem administrativa.

Conforme Vieira *et al* (2013), todos possuem direitos iguais como cooperados, mas diferentes funções na cooperativa. É fundamental que os papéis e funções estejam bastante claros, bem como as suas diferenças. O cooperativismo e o trabalho coletivo possibilitam a união de recursos, habilidades e saberes dos trabalhadores, fator positivo para continuidade da entidade.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa trata-se de um estudo de caso na Cooperativa de catadores de materiais recicláveis – COOPERCATAR, localizada na linha 208, lote 27, km 05, no município de Cacoal – RO. A coleta de dados se deu por meio de entrevista não estruturada com todos os cooperados, realizada em janeiro de 2015.

Quanto ao método, esta pesquisa tem caráter dedutivo, pois partiu de um conhecimento amplo para um mais específico. Quanto à natureza, caracteriza-se como básica, pois consiste na aquisição e divulgação de conhecimento sobre gestão de cooperativa de trabalho.

Quanto aos fins, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois expõe características da cooperativa pesquisada, não tendo compromisso de explicar tais fenômenos. É exploratória, por apresentar levantamento bibliográfico e entrevistas, proporcionando maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

A presente pesquisa pode ser considerada como qualitativa, tendo em vista que os dados do estudo foram obtidos a partir de observações e entrevistas com o presidente da cooperativa e cooperados da mesma, onde seu objetivo foi identificar as ações e benefícios de gestão da COOPERCATAR.

Referindo-se a coleta de dados, foi elaborado um roteiro de entrevistas compostas por questões relacionadas à gestão financeira da cooperativa; situação organizacional da cooperativa; reciclagem; coleta seletiva; inclusão social por meio da cooperativa; vantagens de se trabalhar na cooperativa; dificuldade da cooperativa; crescimento econômico e social; e expectativas para o futuro da cooperativa e cooperados, além de outros aspectos relevantes para a pesquisa.

A coleta de dados ocorreu em duas etapas. Na primeira etapa foi realizada uma entrevista não estruturada com o presidente da cooperativa, contendo questões abertas sem respostas pré-determinadas, com o intuito de descobrir o que a cooperativa está oferecendo de benefícios aos seus cooperados. Na segunda etapa, também foi aplicada uma entrevista não estruturada com 14 cooperados da cooperativa de catadores de material reciclado, contendo questões abertas a fim de levantar informações para demonstrar quais benefícios estão recebendo através da cooperativa.

Logo após a coleta, os dados foram organizados em planilhas eletrônicas para a confecção de tabelas, gráficos e textos. A análise dos dados foi qualitativa, seguindo um paralelo entre aquilo que foi sintetizado na teoria com que foi evidenciado nas falas dos respondentes.

4 RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nessa sessão serão apresentados os resultados, a análise e discussão do estudo de caso da COOPERCAR, junto aos cooperados da cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA COOPERCATAR

Para Pastore (2001), cooperativa é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade a prestação de serviços aos seus associados, que se unem em torno de uma atividade em comum. A COOPERCATAR é uma Cooperativa de Trabalho e produção, por ser uma sociedade composta por trabalhadores, com elaboração de atividades em proveito comum de bens, autonomia e autogestão, na busca de qualificação, renda e inclusão socioeconômica como está descrito na lei nº 12.690/12 (BRASIL, 2012).

A cooperativa de catadores de materiais recicláveis (COOPERCATAR) está localizada na linha 208, lote 27, km 05, sua criação foi em 06/01/2013, e atualmente trabalha com 15 cooperados, funciona em um terreno cedido pela mãe do presidente da cooperativa, que também cede a prensa e o barracão. Movimenta/comercializa entre 20 a 30 toneladas de materiais recicláveis por mês e seu faturamento mensal oscila entre 10 a 15 mil Reais.

A cooperativa em estudo é isenta do pagamento de tributos como Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme Lei 5.764/71 e contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) como está descrito no art. 39 da lei nº 10.865/04. Em relação ao Imposto Sobre Serviço (ISS) a cooperativa não é contribuinte por não prestar serviços a terceiros, tributados pelo referido imposto conforme art. 79 da mesma lei (BRASIL, 1971; 2004).

Os cooperados trabalham em média 8 horas por dia e o sistema de coleta adotado é o de porta-a-porta. A remoção porta-a-porta consiste na coleta dos materiais recicláveis gerados nos domicílios, numa atividade semelhante à da coleta regular já executada no município de Cacoal. Em dias e horários determinados, os resíduos recicláveis são depositados na frente dos domicílios, em sacos verdes de 200 litros, para diferenciá-lo do lixo convencional, sendo, então, removidos pelo veículo da coleta.

Os sacos verdes para coleta seletiva são entregues à população dias antes de sua coleta. Os materiais coletados e comercializados pelos cooperados são: Plástico fino; Plástico grosso; (PAD) vasilhame de amaciante e água sanitária; Papelão; PET; alumínio; Ferro; cobre; e metal em geral, sendo que no momento o papelão está sem comércio. A COOPERCATAR tem como clientes uma empresa que reaproveita os materiais comprados da cooperativa, como matéria-prima na produção de novos produtos, sendo tubos e mangueiras; também empresas que comercializam sucatas, localizados em Cacoal, e cooperativa de catadores de Ji-paraná.

De acordo com o presidente da cooperativa, a coleta é realizada de segunda a sexta-feira em 26 bairros da cidade por três cooperados, fazendo revezamento entre eles

diariamente. O sistema adotado é o de porta-a-porta, ou seja, os catadores coletam todo material diretamente das mãos dos moradores. Segundo Grimberg e Blauth (1998), esse sistema facilita a separação dos resíduos gerados nos domicílios, evita a disposição na calçada e contribui no serviço de coleta, pois dispensa a utilização de pontos de entrega voluntária (PEV's) além de permitir maior participação da população.

Após serem coletados, os resíduos recicláveis de porta em porta são levados até um barracão, localizado na linha 208, distante cerca de 22 km da cidade, neste local, é feito o processo de triagem, onde são separados adequadamente por classe e são destinados ao barracão da cooperativa para serem prensados, enfardados e estocados até sua comercialização.

O trabalho da COOPERCATAR, em concordância com Lajolo (2003), se define em coletar, separar, prensar, embalar e dar o destino correto aos materiais recicláveis, como mostra a figura 1 abaixo, além de desenvolver um trabalho de educação ambiental entre moradores e empresas.



Figura 1 - Processo operacional da COOPERCATAR
Fonte: COOPERCATAR (2015)

O lixo coletado na cidade também é descarregado próximo ao barracão usado para triagem pelos cooperados, este local é usado apenas para depósito dos resíduos, até ser destinado a um aterro sanitário em outro município, já que em Cacoal não possui aterro sanitário.

Conforme a Lei nº 12.305/10, o prazo para encerramento dos lixões, foi em 2 de agosto de 2014 e, após esta data, os rejeitos devem ter uma disposição final ambientalmente adequada.

Um dos principais problemas enfrentados pela cooperativa é a falta de espaço para recepção e armazenamento adequado dos resíduos antes e depois de prensados e enfardados. O barracão da cooperativa comporta apenas a prensa, assim não comporta a produção da cooperativa e todo material fica exposto a céu aberto, o papelão, por exemplo, perde seu valor de venda, devido à deterioração.

Após levantar os dados através dos membros da coleta seletiva, verificou-se que a coleta seletiva está sendo realizada apenas com um caminhão cedido pela prefeitura, não sendo suficiente para atender todos os bairros da cidade regularmente. O caminhão usado para

coleta seletiva é velho, e precisa de reparos frequentemente, ficando parado por dias, dificultando assim o trabalho dos catadores.

Além do caminhão, a prefeitura também disponibiliza as sacolas verdes para coleta dos resíduos, um ônibus, motoristas e combustível para o transporte dos catadores e do material reciclável da cidade até o barracão de triagem. Mas, devido a falta de verba da prefeitura para abastecimento do caminhão, o mesmo pode ficar parado por dias, atrapalhando o trabalho dos catadores, que algumas vezes não vendo solução, abastecem o caminhão com recursos próprios.

Verificou-se também que a cooperativa recebeu, uma vez, doações de camisetas para os cooperados trabalharem, de duas empresas privadas da cidade, mas infelizmente a cooperativa não recebe nem fornece equipamentos de prevenção de doenças e acidentes aos cooperados.

4.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS COOPERADOS

Grande parte dos cooperados é do sexo feminino, sendo 79% mulheres e 21% homens, e a faixa etária dos cooperados oscila de até 20 anos a 50 anos, sendo 71% com idade acima de 31 anos. Os cooperados da COOPERCATAR possuem um baixo grau de escolaridade, e 36% dos cooperados possuem idade acima de 40 anos, como mostra a figura 2.

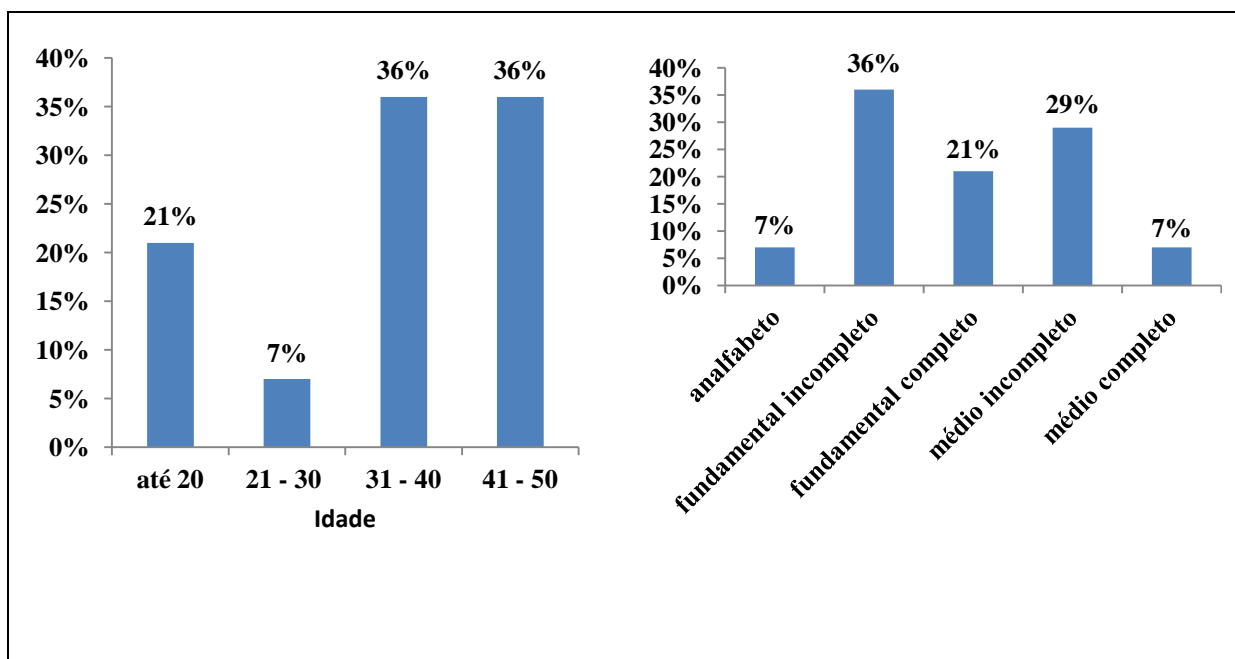


Figura 2 – Faixa etária e escolaridade dos cooperados
Fonte: COOPERCATAR (2015)

Sabbag (2003), fala da importância das cooperativas no processo de cidadania, através da inclusão social pelo trabalho, especialmente daqueles com baixo nível de escolaridades e com idade superior a 40 anos.

Dentre os cooperados 50% estão satisfeitos com a renda na cooperativa, 57% não possuem moradia própria e não tem outra fonte de renda, e 93% estão satisfeitos com o trabalho e alegam que sua vida melhorou após inclusão na cooperativa. No passado os cooperados trabalhavam individualmente no lixão municipal, em um lugar insalubre e não contavam com apoio público nenhum, obtendo uma renda inferior aos dias de hoje.

Entre os cooperados, 86% começaram a trabalhar com reciclagem no lixão municipal, e 57% são beneficiários do programa do governo bolsa família. O tempo de trabalho com material reciclável dos cooperados varia de menos de 3 anos a 10 anos acima, como mostra a figura 3.

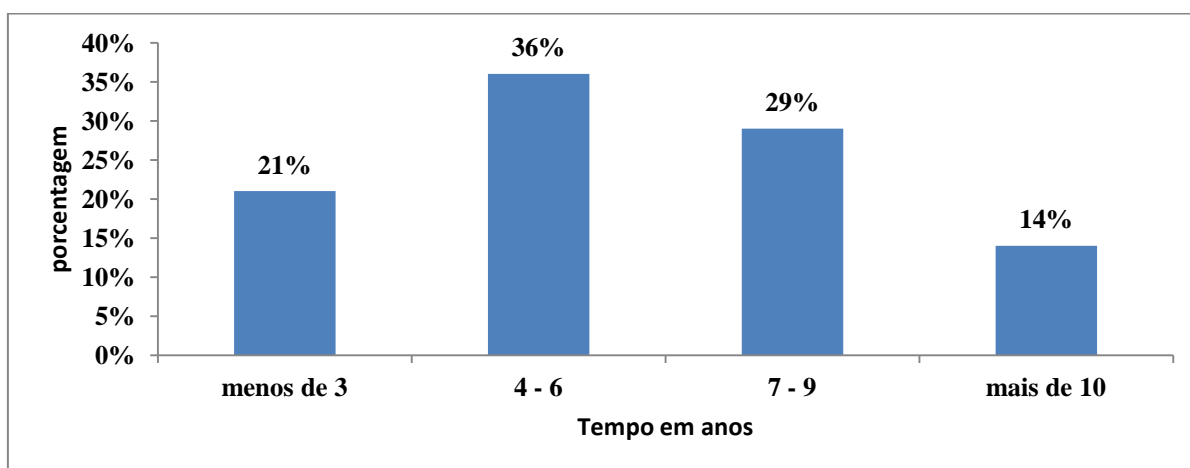


Figura 3 - Tempo de trabalho com material reciclável em (anos)
Fonte: COOPERCATAR (2015)

4.3 GESTÃO DA COOPERATIVA COOPERCATAR

Os cooperados são protegidos pela previdência social, fazendo jus à aposentadoria e demais benefícios desde que estejam registrados como contribuintes individuais nos órgãos da Previdência Social e obedeçam ao disposto da lei no 9.876/99 (BRASIL, 1999). Apenas três cooperados da COOPERCATAR contribuem individualmente com a previdência social.

Segundo a lei do Cooperativismo não existe vínculo empregatício entre cooperativa e seus associados, e o capital social das cooperativas é subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no País (BRASIL, 1971). Na COOPERCATAR, as quotas-partes não têm valor monetário, ou seja, não há necessidade da

compra de quotas, o interessado ou cooperado contribui apenas com seu trabalho (mão de obra).

O tempo de mandato da diretoria é de dois anos, sendo composta pelo presidente, vice-presidente e secretário. As assembleias são realizadas uma vez por mês, com assiduidade e participação total dos cooperados. A população coopera muito com a coleta seletiva segundo informações do presidente da cooperativa, mas a coleta não abrange toda cidade regularmente por falta de caminhão e a cooperativa não possui ponto de entrega voluntária (PEV) na cidade.

Segundo informações do presidente, já foi enviado vários projetos aos deputados estaduais, federais e senadores para aquisição de caminhão para uso da cooperativa, mas até o momento não obteve resposta positiva.

Para Pastore (2001), toda cooperativa de trabalho é obrigada a constituir um Fundo de Reserva para reparar eventuais perdas ou aplicar em investimentos. Na COOPERCATAR, parte dos recursos provenientes da comercialização de materiais recicláveis, 10% da receita, é deduzida para cobrir despesas e para constituir reservas de investimentos na cooperativa, o restante é dividido entre os cooperados. Ressalta-se que para a maioria dos cooperados a única fonte de recursos é a comercialização desses materiais, dando em média uma remuneração mensal de 600,00 a cada cooperado. A Secretaria municipal de ação social e trabalho (SEMAST) oferece todo fim de ano uma cesta básica para cada cooperado.

Quanto à gestão, o art. 47 da lei 5.764/71 prevê que as cooperativas de trabalho sejam administradas por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembleia Geral, nos termos do estatuto, com mandato de quatro anos, sendo aceito a renovação de, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração (BRASIL, 1971). O tempo de mandato da diretoria da COOPERCATAR é de dois anos, sendo composta pelo presidente, vice-presidente e secretário, sendo dispensado o conselho fiscal, direcionando esses cooperados para operacionalização com aprovação em assembleia.

Segundo Barreto e Paula (2009), a ausência dos cooperados nas reuniões ou assembleias, demonstrando falta de interesse de alguns cooperados no que diz respeito às decisões tomadas, ignorando o seu papel de gestor do empreendimento, é uma das dificuldades das cooperativas. O presidente destaca que este problema a COOPERCATAR não têm, com a assiduidade e participação de todos os cooperados nas assembleias, acompanhando as ações de planejamento, execução das tarefas e tomadas de decisões. Segundo Vieira *et al* (2013), o exercício da autogestão está ligado à democracia interna da organização em que a participação de todos os catadores é algo internamente garantido.

Segundo o presidente da cooperativa, os trabalhadores estão insatisfeitos com a participação do poder público na cooperativa, que na sua visão, o poder público deveria oferecer apoio institucional de forma a suprir algumas necessidades que favoreçam o bom desempenho da cooperativa, como, infraestrutura e capacitação em gestão. Já foram enviados vários projetos aos deputados estaduais, federais e senadores para aquisição de caminhão para uso da cooperativa, mas até o momento não obteve resposta positiva, destaca o presidente.

De acordo com a lei do Cooperativismo nº 5.764/71, em seu art. 2º, destaca-se algumas das principais ações que devem ser empreendidas no auxílio a uma cooperativa pelo Poder Público, como assistência técnica, incentivos financeiros e creditórios especiais necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

O decreto 7.404/2010 regulamenta e delega aos municípios a competência para desenvolver planos de gestão integrada, para gerenciamento dos resíduos sólidos locais com incentivo e proteção às organizações de catadores. Os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos definem programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial, das cooperativas ou associação de catadores de materiais recicláveis. Esse decreto atribui a União desenvolver meios de inclusão social e econômico dos cooperados: com o estímulo à capacitação e melhorias nas condições de trabalho dos catadores (BRASIL, 2010).

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Rondônia tem um papel importante na promoção social, o qual prioriza a integração e o bem-estar social dos trabalhadores em cooperativas e de sua família. Com a implementação de benefícios voltados à saúde, ao lazer, aos esportes e a cultura, procura-se melhorar a atuação de todos envolvidos direta e indiretamente na gestão das cooperativas (SESCOOP, 2014).

Todos os cooperados afirmam que o local de trabalho oferece risco de segurança à saúde, a cooperativa não tem meios de entretenimento, e 86% dos cooperados não participa nem participou de curso ou treinamento através da cooperativa. A cooperativa não tem recursos para oferecer assistência à saúde nem benefícios aos catadores, e 86% dos cooperados afirma que a cooperativa não incentiva o seu estudo ou de seus familiares.

A gestão compartilhada de resíduos sólidos é um modelo de gestão a ser seguido no país, sendo uma experiência inovadora que foi implantada em vários municípios. Segundo Ikuta (2010), com o trabalho em conjunto entre governo, cooperativas de catadores de materiais recicláveis, empresas privadas e sociedade civil, as responsabilidades no sistema de gestão dos resíduos sólidos ficam bem divididas. Os catadores de Cacoal estão com dificuldades nessas áreas, relatando eles que não tem apoio suficiente das empresas privadas e poder público. Recebem apenas uma cesta básica anual cedida pela (SEMAST).

Para o (MNCR), os catadores podem e devem contratar técnicos especializados e receber ajuda do poder público nas áreas de saúde, assistência social ou assistência técnica. No entanto, as decisões políticas de como planejar e executar o trabalho é competência do coletivo de catadores (MNCR, 2015). De acordo com a fala dos cooperados em relação à parceria com os catadores da coleta seletiva, verificou-se que a Prefeitura através da secretaria do meio ambiente (SEMMA) tem dado apoio à cooperativa, porém ainda não é o suficiente para que a coleta seja feita regularmente em todos os bairros da cidade, por trabalharem em apenas um caminhão cedido pela prefeitura. Isso mostra uma aplicação parcial à lei federal 12.305/2010, que atribui aos municípios à priorização dos catadores de materiais recicláveis.

Segundo os cooperados, seus principais problemas são a falta de infraestrutura e de caminhão para fazer a coleta seletiva regularmente em todos os bairros da cidade, que, de acordo com IBGE (2014) tem aproximadamente 86.556 habitantes distribuídos no município e 41 bairros na cidade. Seriam necessários pelo menos mais dois caminhões para realizar todo o trabalho de coleta. Se isso fosse possível, como ressaltou o presidente, o faturamento da cooperativa aumentaria em 200%, aumentando também a renda dos cooperados.

A cooperativa também necessita da implantação de compostagem em Cacoal-RO, o resíduo orgânico poderia ser aproveitado como adubo proporcionando geração de renda aos cooperados. Atualmente todo resíduo orgânico é despejado no aterro sanitário no município de Vilhena-RO. Foi enviado um projeto à prefeitura para implantação da compostagem em Cacoal, mas segundo o presidente não há um prazo determinado para esta implantação.

A principal meta para o futuro da cooperativa, segundo o presidente, é aumentar a renda dos cooperados por meio do aumento da coleta seletiva, para isso serão necessários dois caminhões novos e estrutura física adequada para o trabalho e armazenamento dos materiais recicláveis. Como a cooperativa não possui capital para aquisição dos caminhões, fica dependente de doação ou subvenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias utilizadas pelos cooperados no processo da coleta seletiva e seu preparo para venda, se desenvolvem através do trabalho de coletar de porta-a-porta, separar, prensar, embalar e comercializar os materiais recicláveis, além de desenvolver um trabalho de educação ambiental entre moradores e empresas.

Em se tratando dos procedimentos de gestão desenvolvidos na cooperativa, verificou-se que os catadores têm apenas a força de trabalho e experiência na catação e triagem de

resíduos recicláveis, suas quotas-partes não tem valor monetário, ou seja, não há necessidade da compra de quotas, o interessado ou cooperado contribui apenas com seu trabalho (mão de obra). É deduzido 10% da receita mensal da cooperativa, para cobrir despesas e para constituir reservas de investimentos, o restante é dividido entre os cooperados.

Com a assiduidade e participação de todos os cooperados nas assembleias, acompanhando as ações de planejamento, execução das tarefas e tomadas de decisões, a autogestão é exercida na COOPERCATAR.

Foi evidenciado no estudo que a COOPERCATAR é uma Cooperativa de Trabalho e produção, por ser uma sociedade composta por trabalhadores com elaboração de atividades em proveito comum de bens, autonomia e autogestão.

Em relação às políticas públicas de incentivo à criação e manutenção das cooperativas desse gênero, identificou-se que a cooperativa em estudo é isenta do pagamento de vários tributos como Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto Sobre Serviço (ISS).

O objetivo da COOPERCATAR é a geração de trabalho e renda em condições dignas, com o rateio dos rendimentos obtidos com a comercialização dos resíduos recicláveis. Porém, a cooperativa não possui infraestrutura necessária para se manter no mercado, ficando dependente de apoio do governo, entidades privadas e civis etc.

Sem esse apoio, os catadores não conseguem realizar os serviços de forma eficiente e isto compromete a renda dos trabalhadores e a manutenção do programa de coleta seletiva. Se a coleta não acontece com periodicidade, a tendência dos moradores da cidade é deixar de fazer o descarte seletivo.

O trabalho realizado pela COOPERCATAR, além de atuar como fonte geradora de renda, promove a redução dos impactos ambientais causados pelo acúmulo de resíduos no município. Dessa forma, deveria funcionar como um atrativo ao poder público e sociedade em geral na busca pelo desenvolvimento local sustentável.

Para que a coleta seletiva continue, terá que haver mais apoio do governo municipal (prefeitura), pois através da pesquisa realizada com os cooperados, percebeu-se que a cooperativa dos catadores não tem o apoio essencial. Observa-se a falta de infraestrutura, tais como: terreno, barracão adequado e equipamentos como máquinas, caminhões e prensa.

Para o desenvolvimento e o fortalecimento da cooperativa se faz necessário a efetivação de políticas públicas que contribuam para superação dos obstáculos. Políticas de acesso ao crédito e conhecimento de gestão, desenvolvimento de habilidades e competências.

Dentre os benefícios alcançados pela cooperativa, destaca-se a coleta seletiva de porta-a-porta, sendo realizada de segunda a sexta-feira em 26 bairros da cidade; a conscientização da população sobre a coleta seletiva e a inclusão dos catadores de forma organizada no circuito econômico da reciclagem. Isso permite melhores condições de negociação dos preços e, principalmente, condições dignas de trabalho e renda.

A cooperativa oferece ao cooperado a possibilidade de ser o gestor de seu trabalho, faz com que o trabalhador sinta-se valorizado e parte de um contexto social. Mesmo nas ações individuais, é fortalecido pela ideia de grupo que se estabelece na consciência de cooperado, segundo informação dos cooperados, alegando ser uma família.

Outro benefício, refere-se ao reconhecimento da importância dos serviços prestados pela cooperativa de catadores a sociedade local, começa a mudar a concepção a respeito do trabalho como catador de resíduos recicláveis, que passou a ser reconhecido socialmente.

Para a elaboração desse artigo foram encontradas algumas limitações no decorrer da pesquisa, como a dificuldade na obtenção de dados fornecidos pelos catadores de materiais recicláveis de Cacoal-RO, devido a falta de conhecimento de gestão e cooperativismo.

Considerando o seu caráter exploratório e o fato dessa pesquisa ter sido um estudo de caso, sugere-se para pesquisas futuras, analisar o processo de implantação da compostagem em Cacoal-RO, e também a implantação do aterro sanitário em Cacoal, e quais benefícios essas implantações trariam à população local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Manso de; BALDE, Ronelson Furtado. **A Constituição de Cooperativas e seus Impedimentos Normativos**. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Disponível em: < <http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/pdf1.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2014.

BARRETO, Raquel de Oliveira; PAULA, Ana Paula Paes de. **Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista**. Cadernos Ebape, BR, v.7, n.2, artigo 2, RJ, 2009. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323227821003>>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.764, de 16 de Dezembro de 1971 (Lei do Cooperativismo). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 22 set. 2014.

_____. decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm acesso em: 29 out. 2014.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 23 set. 2014.

_____. lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 03 out. 2014.

_____. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm. Acesso em: 25 set. 2014.

_____. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em: 28 set. 2014.

_____. Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004. Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2004/lei10865.htm>>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2158-35.htm#art93>. Acesso em 30 set. 2014.

_____. Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999. Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19876.htm>. Acesso em: 01 out. 2014.

_____. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em: 02 out. 2014.

_____. Decreto federal nº 7.405 de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm#art11>. Acesso em: 21 out. 2014.

_____. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm>. Acesso em: 15 set. 2014.

DEMAJOROVIC, Jacques; BESEN, Gina Rizpah. **Gestão compartilhada de resíduos sólidos: avanços e desafios para a sustentabilidade**. In: Anais do XXXI ENANPAD, Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C1680.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2014.

ETHOS, O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social: **Vínculo de negócios sustentáveis em resíduos sólidos**. Um catálogo produzido em formato digital – São Paulo, SP. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/04_.pdf>. Acesso em 22 out. 2014.

GRIMBERG, Elisabeth. **Abrindo os sacos de "lixo": um novo modelo de gestão de resíduos está em curso no país**. Instituto Pólis. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=9105&cod_canal=49>. Acesso em: 21 set. 2014.

GRIMBERG, E; BLAUTH, P. **Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores**. In: POLIS: São Paulo: Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, Nº

31, 1998. Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_2/instrumentos-juridicos/manuais-e-publicacoes/coleta-seletiva-de-lixo-reciclando-materiais-reciclando-valores/view. Acesso em: 28 abr. 2015.

HEIDEN, Anke Iracema Von Der. **Cooperativas de reciclagem de lixo e inclusão social: o caso do município de Itaúna, MG.** - 2008. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Minas Gerais, Fundação Educacional de Divinópolis. Disponível em: <http://www.funedi.edu.br/files/mestrado/Dissertacoes/TURMA1/DissertacaoAnkeIracemaVDHeiden.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

HOLZMANN, Lorena. **Hierarquia de saberes na tomada de decisões em empreendimentos cooperativos.** Artigo - Universidade Federal do Rio grande do Sul - 2000. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7037.pdf>. Acesso em: 28 out. 2014.

IKUTA, Flávia Akemi. **Resíduos sólidos urbanos no Pontal do Paranapanema – SP: inovação e desafios na coleta seletiva e organização de catadores.** - Presidente Prudente: [s.n], 2010. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Disponível em: http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101435/ikuta_fa_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 out. 2014.

JACOBI, P. R.; TEIXEIRA, M. A. Criação do capital social: O caso ASMARE – Associação dos catadores de papel e material reaproveitável de Belo Horizonte. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, vol. 02, junho de 1997. Disponível em: <http://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/file/Cadernos/Cad02.pdf>. Acesso em: 27 set. 2014.

LAJOLO, R. D. (coord.) **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: guia para implementação.** São Paulo: IPT:SEBRAE, 2003. Disponível em: http://antigo.sp.sebrae.com.br/principal/sebrae%20em%20a%C3%A7%C3%A3o/eco_negocios/arquivos_eco_negocios/livro_catadores_cap03_web.pdf. Acesso em: 17 set. 2014.

MAGNI, Ana Amélia Calaça. **Cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbano: perspectivas de sustentabilidade.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. - Faculdade de saúde Pública da USP, São Paulo, ano 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/leide/Downloads/AnaAmelia%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/leide/Downloads/AnaAmelia%20(1).pdf). Acesso em: 16 set. 2014.

MNCR – **Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis:** Disponível em: <http://www.mncr.org.br/>. Acesso em: 10 abr. 2015.

NBR10004/2004. ABNT **Associação Brasileira de Normas Técnicas.** NBR 10004: resíduos sólidos. Classificação. Rio de Janeiro – ABNT, 2004. Disponível em: <http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

OCB - **Organização das Cooperativas Brasileiras.** Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp. Acesso em: 21 set. 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática.** – 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

PASTORE, José. **Cartilha sobre cooperativas de trabalho**. Confederação Nacional da Indústria (Brasil). Brasília: CNI/RT, 2001. Disponível em: <http://www.cni.org.br/portal/data/files/00/8A9015D01445CD8E011446DB280D3D82/Cartilha%20sobre%20Cooperativas%20de%20Trabalho%202001.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2014.

PICCININI, Valmiria Carolina. **Cooperativa de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n12/22257.pdf>. acesso em 17/10/2014. Acesso em: 27 set. 2014.

SABBAG, Sergio. Nagib. **A percepção do trabalhador sobre o desemprego e a estrutura do trabalho cooperativado**. 2003. Tese (Doutorado e saúde Pública, área de concentração saúde Materno Infantil) – Faculdade de saúde Pública da USP, São Paulo, 2003. Disponível em: < <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/>>. Acesso em: 15 set. 2014.

SANTOS, Jaqueline Guimarães. **A logística reversa como ferramenta para a sustentabilidade: um estudo sobre a importância das cooperativas de reciclagem na gestão dos resíduos sólidos urbanos**. Universidade Federal de Pernambuco – Brasil. v.17, n.2, p. 81-96, Abr. - Jun. 2012. Disponível em: < <http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/viewFile/422/486>>. Acesso em: 16 set. 2014.

SEBRAE, **Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas** – disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Entenda-as-diferenças-entre-associação-e-cooperativa>, Acesso em: 16 out. 2014.

SESCOOP, **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.sescoop-ro.org.br/>. Acesso em: 05 out. 2014.

SOUZA, S. F.; FONSECA, S. U. L. **Logística reversa: oportunidades para redução de custos em decorrência da evolução do fator ecológico**. Artigo publicado na revista do terceiro setor v.3, n.1, 2009. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/viewFile/512/606>. Acesso em: 15 set. 2014.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 1. ed. – 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Augusto Jackie do Nascimento Lopes *et al.* **Do lixo à cidadania: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis** / organizado por Julio Ruffin Pinhel; ilustrado por Luciano Irrthum. – São Paulo: Peirópolis, 2013. Disponível em:< <http://www.dolixoacidania.org.br/construcao/pdf/DOLIXOACIDADANIA.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2014.

APÊNDICES

**APÊNDICE A - Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis de Cacoal - RO:
ações e benefícios para o desenvolvimento de gestão dos cooperados**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Prezado (a) cooperado (a)

Sou acadêmico do 8º período do Curso de Ciências Contábeis e solicito sua colaboração respondendo as questões a seguir, para possibilitar o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo tema é “Cooperativa de coletores de materiais recicláveis de Cacoal - RO: ações sociais para o desenvolvimento dos cooperados”.

Por isso gostaria de contar com a sua colaboração para responder as perguntas com seriedade. Informo que os dados coletados serão tratados com sigilo e a identificação só será necessária para dirimir eventuais dúvidas quanto ao preenchimento deste instrumento de pesquisa.

Nossos sinceros agradecimentos pela sua participação.

Edson Luiz Farias – pesquisador

Profª. Ms. Rogério Simão – professor e orientador

**QUESTIONÁRIO APLICADO A DIRETORIA DA COOPERATIVA DE COLETORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CACOAL**

1 Instituição:

1.1 Data de criação:

1.2 Endereço:

1.3 Telefone:

1.4 Nome e cargo ocupado:

1.5 Qual o espaço físico da cooperativa?

1.6 O espaço é próprio ou pertence a terceiros?

1.7 Quantas toneladas de material reciclável vocês movimentam/comercializam por mês?

1.8 Qual é o faturamento mensal da cooperativa?

1.9 Quais são os problemas mais frequentes que a empresa enfrenta internamente (reivindicação salarial, falta de equipamentos, relacionamento pessoal, rotatividade de empregados, falta de mão de obra qualificada...)?

2 E externamente (com a prefeitura, comunidade, com demais catadores, etc.) quais são os principais problemas?

2.1 Número total de trabalhadores? Homens: _____ Mulheres: _____

2.2 Como está organizada a jornada de trabalho? (número de horas e dias da semana).

2.3 Como é a divisão do trabalho?

2.4 Composição da Diretoria e Tempo de Mandato?

2.5 Quais os apoiadores e/ou Parceiros?

2.6 Quais as instalações e imobilizado existentes?

2.7 Quais os equipamentos de segurança utilizados ou disponíveis

2.8 Qual a distância do barracão até a cidade?

2.9 O local oferece riscos à segurança e a saúde dos trabalhadores e/ou visitantes?

3 Qual o sistema de coleta adotado?

3.1 A coleta seletiva abrange toda a cidade?

3.2 Quais os materiais coletados e comercializados? E quem são os compradores?

3.3 Qual a avaliação sobre a participação da população na coleta seletiva?

3.4 Qual a remuneração mensal dos trabalhadores?

3.5 Recebem outros benefícios (cesta básica, vale transporte, etc.)?

3.6 Como são aplicados (% ou R\$) os recursos provenientes da comercialização de materiais recicláveis?

3.7 Há outras fontes de recursos? (projetos, doações, financiamentos, etc).

3.8 Quais as principais ações desenvolvidas pela cooperativa?

3.9 Quais são as principais conquistas alcançadas pela cooperativa?

4 Há metas estipuladas para o futuro?

4.1 De que forma a cooperativa contribui para a melhoria de vida dos cooperados?

4.2 Como é feito o preparo e tratamento do material coletado para venda?

**APÊNDICE B - Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis de Cacoal - RO:
ações e benefícios para o desenvolvimento de gestão dos cooperados**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Prezado (a) cooperado (a)

Sou acadêmico do 8º período do Curso de Ciências Contábeis e solicito sua colaboração respondendo as questões a seguir, para possibilitar o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo tema é “Cooperativa de coletores de materiais recicláveis de Cacoal - RO: ações sociais para o desenvolvimento dos cooperados”.

Por isso gostaria de contar com a sua colaboração para responder as perguntas com seriedade. Informo que os dados coletados serão tratados com sigilo e a identificação só será necessária para dirimir eventuais dúvidas quanto ao preenchimento deste instrumento de pesquisa.

Nossos sinceros agradecimentos pela sua participação.

Edson Luiz Farias – pesquisador

Profª. Ms. Rogério Simão – professor e orientador

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COOPERADOS DA COOPERATIVA DE
COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CACOAL**

1 Idade?

1.1 Sua moradia é própria?

1.2 Escolaridade?

1.3 Sua renda antes de ser cooperado?

1.4 Quanto é sua renda na cooperativa? E esta renda melhorou a sua vida?

1.5 Você ou sua família tem outra fonte de renda?

1.6 Está satisfeito com a renda da cooperativa? Por quê?

1.7 Tem participação nos lucros da cooperativa?

1.8 Recebem outros benefícios através da cooperativa (cesta básica vale transporte, etc.)?

1.9 Trabalha em qual setor na cooperativa?

2 O local de trabalho oferece riscos à segurança e a saúde dos trabalhadores e/ou visitantes?

2.1 Há quanto tempo você trabalha com material reciclável? E como esse trabalho começou?

2.2 É beneficiário de algum programa assistencial oferecido pelo governo? Qual benefício?

- 2.3 A cooperativa oferece ou já ofereceu meios de entretenimento? Qual?
- 2.4 Participa ou já participou de cursos através da cooperativa? Qual curso?
- 2.5 Através de convênios ou parcerias a cooperativa oferece ou já ofereceu alguma assistência à saúde? Qual assistência?
- 2.6 A cooperativa incentiva o seu estudo ou de seus familiares de alguma forma? De que forma?
- 2.7 Está satisfeito com o trabalho na cooperativa? Por quê?
- 2.8 A cooperativa oferece benefícios para os catadores? Quais são?
- 2.9 A cooperativa ou apoiadores fornecem uniforme e equipamentos de proteção individual? Quais são?
- 3 Após sua inclusão na cooperativa sua vida melhorou?
- 3.1 Tem alguma reclamação em relação a/o (cooperativa, governo, sociedade, trabalho,)?
- 3.2 Qual sua expectativa de desenvolvimento ou de benefícios para o seu futuro?